

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 18 de novembro de 1999

Ano 1 Nº 15

Santa Catarina criará comitê para se prevenir contra crime organizado

Preocupado com a possibilidade do crime organizado atingir Santa Catarina, devido à posição estratégica que o Estado ocupa como centro geográfico dos países do Mercosul, o vice-líder do governo, deputado Nelson Goetten de Lima (PPB), encaminhou projeto propondo a criação do Comitê Especial de Combate à Impunidade. Esse comitê coordenaria as ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na repressão ao crime organizado, sendo que as suas atividades serviriam de subsídios para as ações repressivas de competência das polícias Civil e Militar e Ministério Público Estadual.

Sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública, o Comitê será formado por um



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Nelson Goetten representante dessa Pasta e por um representante da Polícia Militar, Polícia

Civil, Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil e da Santur, empresa de turismo do Estado. O Legislativo teria dois representantes, sendo um da Comissão de Constituição e Justiça e outro da Comissão de Fiscalização e Controle.

Nelson lembra, ao justificar a proposta, que Santa Catarina é um Estado onde, até o momento, não há registro do crime organizado, “mas que não se pode esquecer que o Estado fica no centro do fluxo dos países do Mercosul e no ponto estratégico do eixo São Paulo/Rio de Janeiro e Sul do País, com conexão para Uruguai e Argentina. Santa Catarina precisa estar preparada para evitar que aqui se aloje o crime organizado”, concluiu o parlamentar.

Solução para lixo na Amurel

Na audiência pública que será realizada na Associação Comercial e Industrial de Tubarão nesta quinta-feira, para tratar da construção de um lixão que atenda quatro municípios da região de Laguna, o vice-líder do PPB, deputado Valmir Comin, vai levantar duas questões: que se adote um programa macro para atender a todos os municípios da região e que os estudantes das fundações de ensino superior elaborem projetos que permitam o equacionamento do problema do lixo.

Essa audiência, basicamente, se propõe a discutir a construção de um lixão para os municípios de Tubarão, Laguna, Capivari de Baixo e Gravatal. Comin revela que a situação mais urgente é a de Laguna, pela falta de destinação do lixo a cidade corre o risco de ser descredenciada pela Embratur como adequada ao turismo. Para construção desse depósito de lixo, informa o

deputado, os custos seriam rateados entre os municípios envolvidos, levando-se em consideração a renda per capita da população. Assim, Tubarão arcará mais com as despesas (57.35%), Laguna (27.36%), Capivari (13.05%) e finalmente Gravatal com 2.24%.

Comin afirma que o lixão é só paliativo, e que a grave situação do lixo na região será equacionada com um outro projeto, amplo, que atenda aos 18 municípios da Amurel. Quanto aos estudantes das fundações, Comin lembra que eles foram beneficiados com a alteração do artigo 170 da Constituição Estadual, que destinou os repasses do governo diretamente para as bolsas de estudo. Em contrapartida, os estudantes deveriam fazer algum trabalho em prol da comunidade. Esse trabalho, prevê Comin, poderia ser a elaboração de projetos propondo solução para o lixo da região.

**Agricultura
catarinense conhecida
na Itália**

Página 3

**CPIs investigarão
concorrências
públicas**

Página 4

**Projeto pretende
reduzir acidentes
rodoviários**

Página 6

**Produtor rural terá
ICMS reduzido**

Página 7

OPINIÃO

Hipocrisia demagógica



Tenho acompanhado com interesse a discussão nacional a respeito da polêmica sobre o controle, proibição, venda, fabricação, posse e porte de armas de fogo. Via de regra as pessoas que emitem opinião o fazem de maneira hipócrita ou demagógica. Querem proibir o fabrico e a venda de armas no Brasil como se isso fosse acabar ou diminuir o índice de criminalidade.

É bom lembrar que as armas usadas pelos traficantes do Rio de Janeiro e São Paulo, pelas quadrilhas do chamado "crime organizado" e até por assaltantes chamados "pés-de-chinelo" são fabricadas nos países do primeiro mundo. As UZI, os AR-15, as submetralhadoras americanas como a usada pelo autor da chacina do Shopping em São Paulo são as preferidas pelos bandidos. As armas nacionais não atendem suas "necessidades" e o desejo de ser poderoso no contexto da criminalidade. Quem compra arma nacional é pessoa de bem, é o cidadão honesto, é

a polícia brasileira que se vêem desprotegidos e desassistidos pelos que detêm o poder de decidir. Proibir a venda de armas convencionais é desarmar o cidadão de bem e fortalecer o bandido, pois este continuará tendo acesso às armas sofisticadas vindas do outro lado do Atlântico. Basta tomar-se como exemplo a questão das drogas (maconha e cocaína principalmente). É proibida a sua comercialização e uso, mas no entanto, nunca se usou tanta droga no Brasil como na última década.

Ao invés de proibir a venda de armas ao cidadão honesto, que se aparelhe melhor as polícias e se gaste mais com segurança pública, tanto no plano material quanto no técnico, humano e operacional. Que se mudem as leis também para punir com rigor o criminoso, pois nunca se viu tanto paternalismo, protecionismo e tolerância oferecidos a bandidos no Brasil como após a Constituição de 88.

Em tempo: não tenho procuração dos fabricantes de armas. Nem os conheço.

Deputado João Rosa (PTB)

Solidariedade comunitária



Internet, fax, TV a cabo, Sky, forno de microondas, telefone celular, cartão de crédito internacional, viagem espacial, imagens virtuais em tempo real, carro computadorizado que estaciona automaticamente, vida digital.

Estes são alguns aspectos da vida atual. É o mundo instantâneo no qual a imaginação, às vezes, anda mais rápida do que a própria realidade. E nós, deputados, como estamos situados dentro

deste contexto com a função de reger a sociedade?

Corremos constantemente o risco de não acompanhar ou não entender adequadamente as mudanças que estão se processando, ou ainda fazermos uma análise equivocada, concebendo interpretações e promovendo ações dúbias, até injustas.

Entendo que, partindo da minha formação de princípios humildes e solidários, que os valores humanos devem estar acima de qualquer engenharia tecnológica. Sim porque, em última instância, a máquina deve estar a serviço do homem.

Para reger a sociedade, com emendas constitucionais,

projetos de lei, resoluções, declarações de utilidade pública, decretos, indicações, etc., devemos tomar como norte a simplicidade da tão esquecida solidariedade comunitária: cooperação mútua, motivação e incentivo educacional às crianças, apoio à juventude, auxílio e socorro às famílias, respeito aos idosos.

As políticas públicas devem visar o bem comunitário: adequada infraestrutura, melhores condições de trabalho e renda para o agricultor, emprego e vida digna aos funcionários do setor público e privado, condições de investimento aos empresários, garantia de seguridade previdenciária a todos os catarinenses.

Viagens a Nova York, Tóquio, Frankfurt, Roma e Londres podem ser interessantes quando utilizadas em favor do bem público, porém não podemos esquecer as populações de São João do Oeste, Araranguá, Xanxerê, Rationes e Riqueza, por exemplo.

As tecnologias eletrônicas de ponta podem e devem ser utilizadas para o benefício do ser humano, jamais porém, devem ser o centro e o homem, sua periferia. Como legislador, inundado com tantas informações de tráfico e esquadrões, o calor da solidariedade comunitária continuará sendo o guia.

Deputado Afonso Spaniol (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos,
Maria do Carmo Kravchychyn,
Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Parlamentares catarinenses reunidos com autoridades italianas

Deputados, autoridades governamentais, técnicos, empresários e industriais brasileiros e italianos participam entre os dias 17 e 20 do Fórum da Agricultura Tri-Vêneta Sul Brasil, aberto nesta semana na Câmara do Comércio de Verona.

O presidente da Assembléia deputado Gilmar Knaesel (PPB), que lidera a comitiva catarinense juntamente com representantes do Paraná e Rio Grande do Sul, falou na abertura dos trabalhos fazendo um histórico do intercâmbio com os italianos. Observou que os descendentes de europeus estão ávidos por contatos com suas origens. "Como não é possível que cada descendente possa fazer esse caminho, a Assembléia Legislativa, como legítima representante da população, procurou ser o primeiro instrumento nesta iniciativa que teve pronta receptividade por parte do Consiglio Regionale del Veneto, na região com maior renda per capita da Europa".

Knaesel lembrou que a maioria dos imigrantes italianos trabalhava na agricultura e, ainda hoje, muitos permanecem nesta área de atividade. "Esperamos com este fórum abrir novas oportunidades de negócios, tanto para brasileiros como para italianos que



Presidente Gilmar Knaesel
querem investir no Brasil".

Participaram da abertura do Fórum, o vice-presidente do Consiglio Regionale del Veneto, Fabrizio Comencini, o secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo e das Relações Produtivas, Pierluigi Bolla, e o representante do secretário de Estado da Agricultura, Alberto De Togni.

Após pronunciamentos e apresentações de praxe na abertura do evento, foi dado início ao workshop, com dois grupos de trabalho. O primeiro trata da

agroindústria e das biotecnologias alimentares, com delegados brasileiros e uma equipe da Veneto Agricultura, empresa regional envolvendo os setores agrícola, florestal e industrial. Já o segundo grupo trata de temas relacionados com associativismo e consórcios, créditos e seguros, sistema tributário e subsídios fiscais e cooperação. Os deputados ainda irão conhecer empresas agrícolas em Vêneto, dentre elas, as cooperativas de produção de arroz Pila e Zootécnica La Torre, secadores de uvas e consórcios de vinho.

Portugal

Dentro do cronograma da viagem à Europa estão previstas para o próximo dia 22, desta vez em Lisboa, reuniões sobre Programa de Promoção do Desenvolvimento Regional, Cooperação Transfronteiriça, além do projeto de qualificação sobre Agências de Desenvolvimento Regional Português que já envolve 17 agências.

Em Évora, no dia 23 a comitiva irá conhecer o trabalho da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. Portugal é pioneiro nesse sistema administrativo, muito usado na Europa, onde as regiões e províncias são independentes.

Aberta coletiva de artistas negros

Numa promoção da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e do Núcleo de Estudos Negros – Coletivo de Mulheres Negras, foi aberta nesta terça-feira a mostra que conta com oito expositores e é alusiva ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A homenageada Valda Costa, artista plástica pioneira em Santa Catarina, nasceu em Florianópolis emoldurando a arte expressiva com a marca da cultura de sua gente. Os novos artistas representam os quilombos onde a resistência cultural é marca e estratégia de luta por uma sociedade justa.

Expõem seus trabalhos até o dia 22 Carlos Cunha (máscaras), Décio David (pintura), Dulcinéia Passos (esculturas), Luiz Diomedes (pintura), Osvaldo Vieira (pintura), Paulina Mercedes (ceramista), Roni (fotografia) e Tercília Santos (pintura).



Escolares visitam mostra de artistas negros

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

COMISSÕES

Audiência pública debate Educação

A Comissão de Educação, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), promove no dia 22, em Plenário, um evento que vai se constituir num dos mais importantes para a educação catarinense neste ano. Em audiência pública será discutido o projeto de lei 211/99, de autoria do deputado Paulo Bornhausen (PFL), que visa garantir a reserva de vagas na Udesc para alunos oriundos da rede pública de ensino.

Na opinião de Ponticelli, que também é o relator do projeto, o encontro ganha uma dimensão ainda maior porque, além de tratar de um assunto importante para o futuro da educação universitária de nosso Estado, o faz de uma forma democrática, reunindo diversas correntes ligadas direta ou indiretamente à questão. "Ao trazeremos para a mesa de discussão todos os interessados no caso, alavancamos o

processo de democratização das decisões parlamentares e colhemos também subsídios para que se tenha um melhor embasamento na apresentação das emendas e posterior redação final".

Além dos deputados, vão participar da audiência diretores de escolas de 2º grau, diretores e professores da Udesc, diretores da Secretaria Estadual da Educação, representantes do DCE da Udesc, diretores da União Catarinense de Estudantes, membros do Conselho Estadual da Educação, representantes das Coordenadorias Regionais de Ensino, diretores



Deputado Ponticelli e secretária da Educação

da Acafe, membros do Sinte, diretores do Sindicato das Escolas Particulares e Comissão de Educação da Câmara Municipal de Florianópolis.

(foto arquivo)

Eleito presidente da CPE das bolsas de estudo

Os cinco deputados que integram a Comissão Parlamentar Externa que irá tratar do repasse dos recursos para bolsas de estudo estiveram reunidos nesta semana e definiram os nomes dos deputados Jorginho Mello (PSDB) como presidente e de Pedro Uczai (PT) como relator.

Fazem parte ainda da comissão os deputados Ivan Ranzolin (PPB), Manoel Mota (PMDB) e Ciro Roza (PFL), que tem prazo de 90 dias para visitar as 11 universidades beneficiadas com o repasse do artigo 170 da Constituição Estadual, que prevê recursos para bolsa de estudos, crédito educativo e demais vantagens.

Até agora o governo do Estado já repassou aproximadamente quase R\$ 6 milhões para as universidades, faltando ainda outros R\$ 6 milhões, e a comissão pretende apurar as denúncias antes do novo repasse. "Não estamos afirmando que existam irregularidades, mas as reclamações são muitas em todos os gabinetes dos parlamentares. Quem não estiver cumprindo a lei será punido e poderá perder o benefício", avisou Jorginho Mello.

Mais duas CPIs investigam concorrências públicas

A Assembléia deve instalar na próxima semana a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar fatos na concorrência pública nº 001/99, que distribuiu os 17 lotes da publicidade do governo do Estado de Santa Catarina entre três empresas. A CPI das agências, como está sendo chamada, foi solicitada pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), com o apoio de mais 14 parlamentares.

Segundo Benedet, as três agências que vão repartir os lotes avaliados em R\$ 17 milhões, têm fortes vínculos políticos com os atuais integrantes do governo. A Propague fez a campanha do governador, a Artplan coordenou a campanha do senador Jorge Bornhausen, enquanto a Carlos Paulo faz os anúncios da prefeitura de Florianópolis, administrada por Ângela Amin. O autor da proposta acrescenta ainda que o edital da concorrência pública foi alterado, sem que fosse republicado e que houve omissão dos valores a serem gastos. "Queremos saber também por que houve contratação de publicidade, por parte do governo, sem licitação e que critérios, no caso da concorrência, foram adotados na escolha das três empresas".

O deputado afirma que a instalação da CPI deve ocorrer na próxima semana, tempo para que todas as bancadas indiquem os seus representantes à comissão, que será composta por nove membros. A CPI tem prazo de 90 dias para apurar as denúncias.

Casan

Enquanto isso, outro pedido de criação de uma CPI para apurar irregularidades no Edital de Concorrência Pública 05/99, da Casan, que tem por objetivo a construção da barragem e adutora do rio São Bento, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), está circulando pela Assembléia em busca das 14 assinaturas necessárias para sua apresentação em Plenário. As razões expostas por Titon para requerer a CPI são as divergências entre os valores previstos para aquela obra em 1998 (R\$ 23.313.834,92) e os do Edital 05/99, onde constam R\$ 50.158.211,87.

O que levou também o deputado a propor a CPI é a existência de cláusulas impeditivas da participação de um maior número de empresas na concorrência, o que Titon considera como "licitação dirigida", sendo que apenas quatro empresas puderam se habilitar ao certame.

COMISSÕES

CPI do BESC interroga ex-diretores

Dando prosseguimento à ouvida de depoimentos, a CPI do BESC, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), recebeu nesta semana o ex-diretor financeiro da Bescri no período de março de 91 a dezembro de 94, Djalma Amorin.

O ex-diretor informou que no início de sua gestão "a situação financeira da Bescri estava complicada, pois a despesa era maior que a receita, porém depois o quadro se reverteu". Já a situação patrimonial do Besc no início de 91 era de US\$ 51 milhões e no final de 94 estava em US\$ 149 milhões.

Amorin esclareceu que os financiamentos só eram liberados após consulta prévia dos comitês da direção e agências. Disse ainda que durante sua gestão não houve saque nas reservas bancárias, mas em pelo menos três vezes foram feitos, junto ao Banco



(foto Giancarlo Boroluzzi)

Ex-diretor financeiro da Bescri depõe na CPI

Central, empréstimos com redesconto, quando o pagamento é feito com prazo e obedecendo às taxas de juros.

Para o relator da CPI, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), causa estranheza o banco apresentar uma situação tão difícil, conforme apregoa o atual governo, pois

com base nos depoimentos os números demonstram melhora gradual.

Operações

O segundo depoimento foi do ex-diretor de operações do banco, Adir Faccio, revelando que a queda de captação de recursos do BESC no Estado, a partir de janeiro deste ano, chegou próximo

dos R\$ 7 milhões, mesmo valor relativo à diminuição das aplicações financeiras. Este fator afetou sensivelmente a lucratividade do banco, o que vai causar em breve problemas para manutenção de despesa de pessoal.

Quanto à cifra de R\$ 1 bilhão em Créditos de Liquidação (CLs), Faccio declarou que a grande inadimplência acontece em todos os bancos, revelando que o Plano Real fez os juros saltarem de 3 para 18%. A deputada Ideli Salvatti (PT) informou que vai realizar investigações na sede do banco na sexta-feira (19). Benedet denunciou intimidação por parte da diretoria do banco contra funcionários nas diligências feitas por parlamentares, podendo haver aplicação da lei penal a quem obstruir os trabalhos da CPI.

Os trabalhos da comissão, que deveriam encerrar nesta semana, foram prorrogados por mais 60 dias.

Bombeiros voluntários querem verba do Orçamento

O relator do Orçamento do Estado para o ano 2000, deputado João Rosa (PTB), atendeu solicitação do presidente em exercício da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, Adolar Jark e do conselheiro da instituição, Lauro Salvador e realizou reunião com representantes do setor.

Nesse encontro, foi discutido basicamente o problema enfrentado pelas 27 corporações existentes em todo o Estado, envolvendo 1.900 bombeiros voluntários, pessoas da comunidade que trabalham na prevenção e no combate a incêndios. A maior dificuldade enfrentada, segundo os bombeiros, é a falta de recursos para a manuten-

ção das corporações. Eles reclamam que a verba prevista no orçamento do ano passado e que deveria ter sido repassada este ano, não chegou até os quartéis. "Queremos que o valor de R\$ 1,5 milhão consignados no orçamento estadual para o próximo ano seja preservado", salientou Lauro Salvador.

O parlamentar garantiu empenho para que o trabalho dos bombeiros voluntários de todo o Estado não seja ainda mais prejudicado e destacou a corporação de Joinville que, segundo ele, é referência nacional. "O custo operacional dessa atividade é baixo e o trabalho prestado à comunidade tem grande valor."

Gonçalves preocupado com o direito do consumidor

A nova situação criada pelos produtos transgênicos, que estão cada vez mais próximos da mesa do consumidor, fez com que o deputado Nilson Gonçalves (PFL) apresentasse projeto de lei na Assembléia, estabelecendo normas para a exposição e venda desses produtos em Santa Catarina. O projeto garantirá, ainda, o direito de consumi-los ou não.

Pela proposta do parlamentar, que já tramita na Comissão de Justiça, fica estabelecido que a exposição de produtos geneticamente modificados nos supermercados e armazéns, destinados à comercialização ao público em geral, somente será

permitida se o estabelecimento comercial observar a existência de prateleiras exclusivas para os transgênicos e a colocação de cartazes indicando que os produtos expostos nas prateleiras a que se refere são de origem transgênica.

O mesmo deverá prevalecer na comercialização de quaisquer produtos que contenham, ainda que em mínima quantidade, em sua constituição, substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados. Os infratores serão multados em até duas mil UFIR's (Unidades Fiscais de Referência).

PLENÁRIO

Ranzolin apresenta projeto para reduzir acidentes nas rodovias

O líder do PPB, deputado Ivan Ranzolin, está encaminhando projeto que, por suas dimensões e amplitude, vai exigir o envolvimento de todos os setores da sociedade catarinense, no dizer do próprio autor. Trata-se do projeto *Abraço à Vida: Qualidade de vida no trânsito*, uma idéia que chegou a ganhar forma há três anos mas que, por favores diversos, não teve continuidade e não pôde ser implementada.

Ranzolin explica que o projeto, em linhas gerais, propõe uma série de ações visando a redução dos acidentes rodoviários e melhoria da qualidade de vida no trânsito em Santa Catarina. Ela prevê, antes de tudo, um diagnóstico da situação e a adoção de ações para atacar o problema.

O *Abraço à Vida* procura ser eficientemente prático e para isso fundamenta-se no princípio da parceria de todos os segmentos, instituições sociais e oficiais da comunidade catarinense. Na prática, as ações vão compreender aspectos como: eliminação de obstáculos nas margens e proximidades de rodovias, que dificultam a visão de motoristas e pedestres; iluminação adequada em locais como rótulas e trevos, já que a taxa de acidentes fatais à noite é 150% maior que a diurna;



(foto Jonas Lemos Campos)

Resultado da violência nas estradas

reforço de sinalização vertical e horizontal.

Outras medidas incluem também a eliminação de área de estacionamento de veículos em lugar que venha ocultar a visão dos motoristas e pedestres próximo às faixas de estacionamento; adoção de sistema que obrigue os pedestres a utilizar travessias pelas faixas especiais (controladas ou não) nas quais for intenso o movimento e junto aos

cruzamentos; implantação de passarelas e instalação de lombadas eletrônicas e radares, fixos e móveis.

Para Ranzolin, a questão dos acidentes de trânsito não vem recebendo a devida atenção ao longo dos tempos, apesar da gravidade. "Tem sido tratada de forma aleatória, ao sabor das emoções geradas por um fato novo que, no caso, é geralmente um evento dramático", lamenta o parlamentar ao defender sua proposta.

Aeroporto para São Bento do Sul

Levando em consideração o elevado número de empresários moradores do município de São Bento do Sul e região, o deputado Nilson Gonçalves (PFL) encaminhou requerimento ao Plenário, já aprovado, solicitando ao governador empenho junto ao governo federal visando a construção de aeroporto naquele município. O requerimento foi encaminhado também à banca catarinense no Congresso Nacional.

De acordo com o parlamentar, a obra é de extrema importância e estratégica para o desenvolvimento industrial do município. "A obra facilitará o deslocamento de empresários e dirigentes empresariais para os grandes centros urbanos do País. São Bento do Sul apresenta, na atualidade, um sólido parque industrial e que se encontra em crescimento, possuindo empresas conhecidas internacionalmente", disse Nilson.

Parcelamento de multas de trânsito

Projeto de lei encaminhado pelo deputado Altair Guidi (PPB) autoriza o Executivo a parcelar o débito de multas de trânsito – de valor igual ou superior a 100 UFIRs (Unidades Fiscais de Referência) – em até cinco parcelas mensais iguais, com valor mínimo de 30 UFIRs cada parcela.

De acordo com a proposta, esse parcelamento será requerido ao Detran pelo proprietário do veículo ou por seu procurador legal. Prevê ainda que o requerimento do parcelamento, estando de acordo com o que estabelece a proposta, será deferido pelo Detran e será protocolado a qualquer momento,

em caso de transferência de propriedade; no prazo de 30 dias da expedição da multa recebida pelo correio e no prazo de 30 dias do indeferimento do recurso.

Ao justificar sua proposta, o parlamentar lembra que "na situação econômica que vivemos nos dias de hoje, é justo que se criem alternativas que colaborem e ajudem no dia-a-dia do contribuinte. Na maioria dos casos, a multa é paga quando da renovação do IPVA. Com a criação dessa lei, além de ajudar e facilitar a vida do infrator, o Estado também sairá ganhando, uma vez que receberá, mesmo em parcelas, o valor da infração antes", afirma Guidi.

PLENÁRIO

Isenção de ICMS ao produtor rural

Os parlamentares aprovaram projeto do deputado Herneus de Nadal, líder do PMDB, que concede isenção de ICMS nas operações com energia elétrica destinada ao produtor rural. "A energia elétrica representa insumo de fundamental importância para a agricultura catarinense, seja pelo modelo que apresenta, seja pela própria atividade desenvolvida, especialmente no que se refere à denominada produção sob regime de intensidade na avicultura e suinocultura".

Com a aprovação da matéria, todo o produtor ou cooperativa rural que consumir até 300kw mensais estará isento

do tributo. A empresa distribuidora de energia deverá transferir aos produtores, sob forma de redução no valor da energia elétrica, o resultado da isenção. Herneus acredita que a isenção barateará a energia em 13,63%, correspondentes à alíquota real do ICMS hoje incidente sobre essas operações. "Não há dúvida que esse projeto vai permitir a diminuição do custo da produção agrícola estadual, favorecendo a concorrência em prol dos produtos e assegurando renda maior aos nossos produtores".

Para que seja transformado em lei, o projeto terá de ser sancionado pelo governador.

Inspeção de extintores

O deputado Jaime Duarte (PPS) encaminhou moção ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao presidente do Inmetro, manifestando contrariedade quanto às determinações contidas na portaria 111, de 28 de setembro de 1999, especialmente nos parágrafos terceiro e quarto do artigo segundo, requerendo revisão e dilatação de prazos para as providências.

Segundo o deputado, as determinações do Inmetro trazem conseqüências negativas para o normal funcionamento das empresas prestadoras de serviços de inspeção e manutenção de primeiro e segundo níveis na área de extintores.

Gerência da Fatma para o Extremo Oeste

O deputado Milton Sander (PPB) está sugerindo ao governador a instalação de uma gerência da Fatma no município de São Miguel do Oeste, com abrangência às microrregiões da Ameosc e Amerios cobrindo cerca de 40 municípios.

Atualmente a Fatma possui uma gerência em Chapecó, que atende cerca de 89 municípios, incluindo a região de São Miguel. Entretanto, com apenas dois funcionários administrativos e somente

A referida portaria traz data-limite de 31 de dezembro de 1999 como impositiva para as empresas se adaptarem, o que significa que terão de desembolsar recursos além das suas possibilidades.

Segundo o deputado, a maioria das empresas prestadoras são de pequeno porte, passam por dificuldades financeiras e não têm condições de fazer o investimento exigido em tão pouco tempo. Com a adoção da nova sistemática, vai diminuir drasticamente o volume de serviço das empresas vistoriadoras, o que trará como conseqüência a redução do número de empregos.

um veículo, a Fatma não está em condições de cumprir a contento os serviços solicitados pelos municípios, empresas, Ministério Público e Justiça Estadual e Federal.

Dessa forma, diz Sander, é imprescindível o desmembramento e a criação de outro escritório na região de São Miguel do Oeste, visando a um melhor atendimento dentro das finalidades às quais aquela fundação se propõe.

Devolução de veículos

Bastante contrariado com algumas atitudes da Secretaria da Agricultura, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) está exigindo do secretário da Pasta a devolução de veículos que estavam sendo utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura de Lebon Régis e que foram recolhidos. Os veículos estavam servindo como meio de locomoção de um

engenheiro agrônomo e um veterinário, que faziam atendimento gratuito aos agricultores e pecuaristas. O deputado informa que a disposição dos veículos faz parte de convênio entre a prefeitura de Lebon Régis e o governo do Estado, devido à municipalização desses serviços, os quais somente serão encerrados no ano 2001.

CRE para o Planalto Sul

De autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) foi aprovado o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Coordenadoria Regional de Educação – CRE – da microrregião do Planalto Sul, que terá sua sede na cidade de Campos Novos e será constituída pelos municípios de Abdon Batista, Anita Garibaldi, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Erval Velho, Ibiã, Monte Carlo, Tangará, Vargem e Zortéa.

Segundo o parlamentar, Campos Novos como sede da microrregião do Planalto Sul, é o local apropriado para sediar a nova CRE, uma vez que hoje todos os problemas relacionados com a administração escolar têm de ser solucionados na Coordenadoria Regional do vizinho município de Curitibaanos, o que demanda tempo e despesas para as pessoas interessadas.

Incubadoras industriais

A Assembléia aprovou projeto de lei que cria o Programa de Incentivo à Instalação de Incubadoras Industriais em Santa Catarina – Proisc – de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB). O programa tem por finalidade promover, mediante parceria entre o Estado e os pequenos municípios (com menos de 30 mil habitantes), os meios necessários à criação de incubadoras industriais, visando ao desenvolvimento de empresas e a geração de empregos.

Fica o Estado autorizado a disponibilizar, na sua parcela de participação, imóveis públicos e auxílios financeiros e poderão participar do processo de seleção para receber os benefícios do programa as empresas com sede nos municípios convenientes e com quadro societário integrado por pessoas residentes no Estado.

Consulta plebiscitária

Santa Catarina poderá ganhar mais um município. Os deputados aprovaram projeto de resolução nº 37/99, procedente da Comissão de Justiça, autorizando a realização de consulta plebiscitária acerca da emancipação do distrito de Pescaria Brava, desmembrado do município de Laguna.

ESPECIAL**Sessão Especial discute dívida do Ipesc**

Com o objetivo de apresentar aos deputados os números da federalização do Ipesc e a situação atual do processo, o secretário de Administração, Celestino Secco, o presidente do Ipesc, Eloy Ranzi e o procurador João Carlos de Carvalho, negociador da dívida do Estado, participaram de uma Sessão Especial. Requerida pelo deputado Ronaldo Benedit (PMDB), a sessão foi presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB) e contou com a participação de sindicalistas.

A dívida federalizada é de R\$ 514 milhões e compreende o período de janeiro de 1980 a outubro de 1994, corrigida até junho deste ano. O governo do Estado diz que já recebeu 20% desse valor em letras e que está recebendo o restante mensalmente em certificados do Tesouro.

Eloy Ranzi disse que entre pensões e aposentadorias, foram pagos nos meses de setembro e outubro um total de R\$ 96 milhões, que saíram do caixa da federalização e que somente nessa conta, há uma sobra de caixa de R\$ 12 milhões.



Parlamentares conhecem números do Ipesc

Essa informação causou revolta na deputada do PT, Ideli Salvati. “É um absurdo que isso esteja acontecendo. Por que o governo não paga os salários atrasados dos servidores com a sobra de caixa do Tesouro e da conta da federalização? Essa é uma decisão uni-

camente política”, afirmou a parlamentar. O secretário Celestino Secco disse que vai encaminhar essa proposta ao governador Esperidião Amin. Por solicitação dos deputados, ele se comprometeu em enviar mensalmente à Assembléia o balancete do Ipesc.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Agenda

Dia 18, às 18 horas, audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Lixão de Laguna.

Local: Auditório da Associação Comercial e Industrial de Tubarão

Dia 22, às 09 horas, audiência pública da Comissão de Educação sobre PL 211/99 que estabelece reserva de vagas na Udesc para alunos egressos da rede pública de ensino, orçamento da Udesc para 2000 e definição de cálculo de Receita Líquida Disponível para repasse às entidades educacionais.

Local: Plenário

Dia 22, às 10 horas, reunião da CPE criada para discutir a aplicação do artigo 170 que trata da concessão de bolsas de estudos e crédito educativo, para traçar roteiro de visitas a 11 universidades.

Local: Sala das Comissões

Dia 22, às 14 horas, CPE das obras federais em SC vai ao DNER questionar sobre licitação para duplicação da BR-101, trecho Palhoça/RS

Dia 22, às 14 horas, Sessão Especial comemorativa ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Local: Plenário

Dia 22, às 17 horas, CPI do BESC, depoimento de Francisco José Grossl, ex-diretor Financeiro de Controle e de Relações com o Mercado.

Local: Plenarinho

Dia 22, encerramento do prazo para apresentação de emendas ao Orçamento 2000

Dia 23, às 10 horas, discussão e votação do relatório final do Plano Plurianual.

Local: Comissão de Finanças

Dia 23, após sessão plenária, reunião da CPE das Obras Federais em SC para traçar roteiro de trabalho.

Local: Sala das Comissões

Dia 24, às 19 horas, Sessão Solene em homenagem a Santa Catarina.

Local: Plenário

Dia 24, às 19 horas, CPI do BESC, depoimento de Mércio Felsky, ex-diretor presidente do banco.

Local: Plenarinho

Dia 24, às 20 horas, abertura da Coletiva de Artes em homenagem a Santa Catarina de Alexandria dos artistas Idésio Leal, Albertina Prates e Rodrigo de Haro,

Local: Galeria de Arte